

PAULO FERREIRA DA CUNHA

ESTUDOS PENAIIS

 GESTLEGAL

ÍNDICE

Abreviaturas	7
À Guisa de Prefácio.....	9
INTRODUÇÃO — ESTUDOS: JURISPRUDÊNCIA & DOCTRINA	17
Parte I	
AFINAR BALANÇAS — OPINIÃO PÚBLICA, ÉTICA E PENAS	21
Capítulo I — Ecos Sociais e Mediáticos	21
Capítulo II — Em torno do Sentido das Penas	25
Capítulo III — Reflexão Criminal	28
Parte II	
GUERRA & PAZ — NARRATIVAS CRIMINAIS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	35
Capítulo I — Julgamento da História	35
Capítulo II — Enquadramento da <i>Démarche Teórica</i>	36
Capítulo III — Em Demanda de um “Tipo Ideal” de Delinquente de Violência Doméstica	38
Capítulo IV — Ver Factos e Personalidade à luz da Experiência Comum e do Bom Senso	43
Capítulo V — Atenuantes, Reprodução de papéis, Livre-Arbítrio	44
Capítulo VI — A Lesão de Bens Jurídicos na Violência Doméstica	48
Capítulo VII — A longa marcha para a proteção da paz doméstica	54
Capítulo VIII — Após a Convenção de Istambul. Uma defesa da Civilização	56
Capítulo IX — Narrativas terríveis, realidades certamente ainda piores	58
Capítulo X — Contra o unilateralismo	60
Capítulo XI — Um caso de Civilização ou Barbárie	65
Capítulo XII — Determinar uma Pena	66
Capítulo XIII — Educação e diagnósticos precoces	71

Parte III	
DÚVIDA & ÉTICA — DO PRINCÍPIO “ <i>IN DUBIO PRO REO</i> ”	73
Capítulo I — Reflexões doutrinárias.....	73
Capítulo II — Diálogo Jurisprudencial	76
Parte IV	
DA (DES)OBEDIÊNCIA	81
Capítulo I — Atualidade e Complexidade da questão.....	81
Capítulo II — Das Personalidades e para além delas	84
Capítulo III — Dialéticas	88
Capítulo IV — Obedecer ou Desobedecer?.....	97
Parte V	
EM TORNO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	107
Capítulo I — A Caixa de Ferramentas.....	107
Capítulo II — Proporcionalidade, Densificação de Valores.....	109
Capítulo III — Princípio e Subprincípios	110
Capítulo IV — Metodologia da Apreciação	113
Capítulo V — Princípio entre Princípios, Princípio de Princípios.....	114
Capítulo VI — O Princípio “Sopra Onde Quer”	118
Capítulo VII — <i>Exempla</i>	120
1. Legalidade.....	120
2. Audição, contraditório.....	124
3. “Santo Nome da Constituição”	125
4. Supralegalidades.....	126
Capítulo VIII — Considerações Finais	128
Parte VI	
DA VOCAÇÃO DE DIREITO DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DOS PODERES DE COGNIÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM MATÉRIA PENAL	131
Capítulo I — O Recurso, garantia penal constitucionalmente consagrada....	131
Capítulo II — Do Recurso penal em geral	132
Capítulo III — Da irradiação da impossibilidade de conhecimento.....	137
Capítulo IV — Possibilidade abstrata de conhecimento excecional de facto e eventual impossibilidade concreta de tal conhecimento	138
Parte VII	
DA PENA ÚNICA	141
Capítulo I — Parâmetros gerais enquadradores.....	141
Capítulo II — Alusão aos sistemas de punição do concurso de crimes.....	144
Capítulo III — Do geral ao concreto	147
Capítulo IV — Atenuação especial da pena	147

Capítulo V — Proporcionalidade, <i>et alia</i>	149
5.1. Da Proporcionalidade e da Proporcionalidade penal	149
5.2. Elementos ponderadores em concreto	152
Capítulo VI — Vetores de apreciação factual	157
Capítulo VII — Final	158
Parte VIII	
DA OMISSÃO DE PRONÚNCIA	161
Capítulo I — Omissão e Inexistência	161
Capítulo II — Da Lei à Jurisprudência	163
Capítulo III — Mais contributos Jurisprudenciais	164
Capítulo IV — Uma analogia psicológica	165
Parte IX	
DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO PARA FIXAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA PENAL	167
Parte X	
DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO DE REVISÃO DA SENTENÇA PENAL	177
Parte XI	
DO INCIDENTE DE ESCUSA	187
Capítulo I — Deferimento	187
Capítulo II — Indeferimento	199
Parte XII	
TROMPE L'ŒIL — REQUALIFICAÇÃO JURÍDICO-PENAL DE UM CRIME CONTRA A VIDA	209
Capítulo I — Crimes e narrativas de morte	209
Capítulo II — Tentativa de matar um filho recém-nascido? Caso de estudo	216
Capítulo III — Perfil e pedido	218
Capítulo IV — Desenvolvimento. Problemáticas de qualificação penal e outras	222
Capítulo V — Medindo a pena	234
PALIMPSESTOS E AGRADECIMENTOS	239
Índice	241



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt